

SAÚDE E SEGURANÇA DOS MORADORES DE UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA

Agamenon Rodrigues Sena Neto

Graduando em Medicina

Universidade Federal do Maranhão, email: gamenon.sena@gmail.com

Wherveson de Araujo Ramos

Especialista em Docência no Ensino Superior

Universidade Federal do Maranhão, email: wherveson@hotmail.com

Adriana Crispim de Freitas

Doutora em Engenharia Química

Universidade Federal do Maranhão, email: adrianaufma@gmail.com

Resumo: A saúde e a segurança são pilares essenciais na qualidade de vida da população, sendo um dos aspectos que determinam e condicionam o bem-estar da população. Diante do exposto, o presente estudo objetiva avaliar a satisfação quanto saúde e segurança de moradores de um conjunto habitacional do Município de Imperatriz-MA. Trata-se de um estudo descritivo transversal, caracterizado por uma abordagem quantitativa de dados, realizado com 221 moradores de um conjunto habitacional popular de Imperatriz-MA. A partir dos resultados obtidos, percebeu-se que a maioria (25,7%) da população entrevistada considera o ambiente inseguro e 34,4% não consideram um ambiente saudável, sendo que 51,9% dos entrevistados sentem-se insatisfeitos com o acesso aos serviços de saúde. Ademais, 53,3% afirmam não possuem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades. Infere-se, portanto, a necessidade de formulação de estratégias como políticas públicas para a prestação de serviços de segurança e saúde, garantindo os princípios dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Políticas publicas em saúde. Urbanização. Habitação saudável.

INTRODUÇÃO

A habitação é mais do que um abrigo, ela deveria proporcionar uma relação plena com o ‘morar’, esse verbo é compreendido como sinônimo de habitar, estar enraizado em um local seguro e pertencer àquele lugar. Sendo composta pelo contexto físico de sua inserção na malha urbana, onde está a cena e a reprodução das relações sociais (PALERMO, PEIXER; 2013). Destaca-se também um papel relevante da habitação por ser um espaço de sociabilidade e conforto do ser humano, sua família, local da edificação e da consolidação da vida e da saúde (MAGALHÃES, 2013). Portanto, a saúde e a segurança são pilares essenciais no que tange a qualidade de vida, sendo um dos aspectos que determinam e condicionam o bem estar da população.

O Programa Minha Casa Minha Vida, regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009, foi pensado e construído para minimizar ou sanar o déficit histórico e robusto existente na área habitacional. Entretanto, não é possível concluir que as estruturas oferecidas aos contemplados pelo programa habitacional garantam uma boa qualidade de vida à população.

A precariedade habitacional, deterioração da qualidade de vida, impacto na saúde de ambientes insalubres e o distanciamento da comunidade científica da realidade comprovam a necessidade de aumentar a eficácia e eficiência das políticas públicas de saúde. Para isso, foram feitos acordos, estabelecidas alianças e propostas estratégicas para concentrar esforços e recursos a partir das potencialidades das instituições acadêmicas e públicas envolvidas com as questões de saúde e habitação (COHEN et al., 2004).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a satisfação quanto à saúde e segurança dos moradores de um conjunto habitacional, vinculado ao governo pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Município de Imperatriz-MA.

REVISÃO DE LITERATURA

O Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades foi lançado em abril de 2009, teve como meta construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre zero e dez salários mínimos, sendo que os conjuntos habitacionais populares englobam famílias com no máximo três salários mínimos (MOTTA, 2014).

Este programa que tem por objetivo geral reduzir em 14% o déficit habitacional do país, estimado em 7,2 milhões de moradias. É possível descrever algumas das características gerais das casas, por exemplo, os conjuntos são padronizados, as unidades apresentam o mesmo arranjo dos ambientes, incluindo uma sala, dois dormitórios, banheiro, cozinha e área de serviço.

Dessa forma, pode-se inferir que a luta por habitação ultrapassa o acesso à moradia e abrange outros direitos, como, por exemplo, o deslocamento na cidade e viver em condições ambientais dignas. Cabe destacar, ainda, que as lutas por infraestrutura estão, muitas vezes, relacionadas às lutas por acesso à moradia, como é o caso das lutas por implantação de rede elétrica e de saneamento em ocupações (NALIN, 2013)

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e transversal, caracterizado por abordagem quantitativa, realizado em um conjunto habitacional do Município de Imperatriz – MA. Os dados foram coletados entre janeiro de 2015 a janeiro de 2016. O conjunto possui cerca de 500 famílias beneficiadas pelo Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida.

Os moradores que participaram da pesquisa foram selecionados por amostra do tipo não probabilística e por conveniência. Para o recrutamento dos sujeitos da pesquisa foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: maior de idade (18 anos), responder cognitivamente as questões, responder toda a entrevista e ser morador do conjunto habitacional.

Desta forma, neste estudo foram investigados 221 moradores do conjunto. Estes indivíduos foram abordados no domicílio, quando se explicava os objetivos do estudo e verificava-se o interesse dos mesmos em participar por meio de solicitação formal com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias.

Para coleta de dados foi utilizado o *WHOQOL-bref*, instrumento validado pela Organização Mundial da Saúde, composto por 26 questões para a avaliação da qualidade de vida. O instrumento é dividido em quatro domínios: domínio físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Neste estudo, foi avaliado o domínio meio ambiente, visando à saúde e segurança dos moradores.

A investigação respeitou todos os princípios éticos estabelecidos na Resolução nº466/2012, sobre pesquisa com seres humanos, garantindo aos sujeitos do estudo: autonomia, não maleficência, bem como justiça e equidade no recrutamento dos sujeitos.

A análise dos dados foi realizada a partir dos dados obtidos por meio das entrevistas com a população investigada. Para a análise descritiva quantitativa e estatística dos resultados foi empregado o *Software Statistical Package for the Social Sciences®* (SPSS) versão 18, onde se empregou medidas de tendência central, de dispersão e distribuição de frequências, média e desvio padrão (DP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos pesquisados, 80,1% foram do sexo feminino e 19,9% do sexo masculino. No qual 79,6% da cor negros/pardos, 19,9% brancos e 0,5% se

autodeclararam de outra cor. Quando a escolaridade, 8,1% dos entrevistados são analfabetos, 41,6% fizeram o ensino fundamental incompleto, 19,9% concluíram o ensino médio e apenas 5,5% dos entrevistados estão cursando ou concluíram o ensino superior. A média de idade dos entrevistados foi de 37 anos, no qual 67,7% dos entrevistados tinham entre 18 a 39 anos e 13,1% acima dos 60 anos.

Os dados sociodemográficos assemelham-se aos encontrados por Magalhães et al. (2013) no que se refere a habitação de famílias cadastradas pelo programa Bolsa Família, no qual houve uma predominância de entrevistados do sexo feminino (94,8%), entre as faixas etárias de 20 a 39 anos (70,7%) e com ensino fundamental incompleto (86,2%). Precariedade de moradia, saneamento básico, acesso à saúde, educação e transporte, iluminação pública e particular, pavimentação, entre outros fatores são fundamentais para uma segurança pública satisfatória. Ademais, a autora ainda afirma sobre a importância de olhar as políticas sociais a partir de seus eixos de historicidade, para que, dessa forma, se entenda de que há uma relação entre pobreza e violência urbana da população de baixa renda (LARRAT, 2013).

A Tabela 1 mostra os questionamentos apresentados aos moradores de um conjunto habitacional popular do município de Imperatriz-MA.

Tabela 1 – Distribuição percentual da situação de saúde, segurança e habitação de moradores de um conjunto habitacional popular de Imperatriz-MA, 2016

Questionamento	Ruim	Médio	Bom
Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	25,4%	37,5%	37,1%
Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	34,3%	38,9%	26,8%
Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades	53,3%	38,9%	28,6%
Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	31,5%	39,9%	28,6%
Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	56,6%	29,0%	14,4%
Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	29,0%	24,0%	47,0%
Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	51,9%	27,6%	20,5%
Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	54,0%	19,2%	26,8%

Com relação à segurança física e proteção, 25,4 % entrevistados avaliaram de forma negativa o conjunto habitacional. Larrat (2013) afirma que a falta de policiamento, aumento da violência e criminalidade são os principais motivos que justificam a insegurança da população em relação à segurança pública. Entretanto, o combate à violência para garantia de uma segurança pública eficaz não se limita à de Unidades de Integração e do policiamento comunitário.

Outrossim, 47,0% dos entrevistados se dizem satisfeitos com o local onde moram. Além disso, todos os moradores possuíam acesso à energia elétrica, água encanada e coleta de lixo periódicas. Por se tratar de um conjunto habitacional popular, todas as casas possuem a mesma estruturação, no qual todas as casas são de alvenaria.

Ao tratar do ambiente no lar, 34,3% não consideram o ambiente físico no qual reside saudável, enquanto apenas 26,8% consideram-no adequado ou bom. Este questionamento leva em consideração o clima, barulho, poluição e atrativos, sendo esse último a principal queixa dos entrevistados, por se tratar de um bairro afastado do centro. Não oferece os serviços básicos, no qual 54% dos entrevistados sentem-se insatisfeito com o meio de transporte que utilizam em seu dia-a-dia e 56,6% não possuem oportunidades de realizar atividades de lazer. Uma cidade saudável deve atender a inúmeros requisitos, tais como um ambiente físico limpo e seguro, um ecossistema saudável e sustentável, alto grau de participação social, necessidades básicas satisfeitas e moradia digna (CORDEIRO, 2008).

Sobre o acesso ao serviço de saúde, 51,9% dos entrevistados sentem-se insatisfeitos com o acesso aos serviços de saúde. Além disso, 53,3% afirmam não possuem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades. Assis e Jesus (2012) relatam que à oferta e à demanda dos serviços de saúde, muitas vezes, são utilizados na perspectiva “economicista” de uma relação prestador usuário, sendo o acesso um elemento transformador da realidade e, não apenas, como possibilidade de consecução do cuidado. Estes conceitos se ampliam e extrapolam a dimensão econômica, abrangendo aspectos de ordem política, social e cultural.

CONCLUSÕES

A partir do trabalho foi possível verificar uma insatisfação por parte dos moradores no que se refere à saúde e segurança no bairro. Infere-se, portanto, a necessidade de formulação de estratégias como políticas públicas para a prestação de serviços de segurança e saúde, garantindo os princípios dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(11):2865-2875, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n11/v17n11a02.pdf>>. Acesso em: 20 set 2016.

COHEN, Simone Cynamon et al. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):807-813, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a26v09n3.pdf>>. Acesso em: 09 set 2016.

CORDEIRO, Joselma Cavalcanti. **A promoção da saúde e a estratégia de cidades saudáveis: um estudo de caso no Recife – Pernambuco**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz – CPqAM / FIOCRUZ / MS. Recife, 2008.

LARRAT, Holandina Júlia Figueira de Mello. **Pobreza e violência urbana: um estudo de caso sobre as políticas sociais e de segurança pública de prevenção e combate à pobreza e à violência, no bairro da Terra Firme em Belém-PA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia. Belém, 2013.

MAGALHÃES, Kelly Alves et al. A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. **Saúde Soc.** v.22, n.1, p.57-72. São Paulo, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/07.pdf> >. Acesso em: 09 set 2016.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Disponível em: < http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf >. Acesso em: 14 21 jan ago 20165.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Tese apresentada (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social do Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2013.

PALERMO, Carolina; PEIXER, Keila Tyciana. **Programa Minha Casa Minha Vida: Perfil Populacional de dois conjuntos habitacionais de Blumenau - SC e o rebatimento no Espaço da moradia**. 6º Projetar - O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, nov de 2013. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1832/1/E3041.pdf> >. Acesso em: 09 dez 2014.